NEGROS FUGIDOS, LUTA E RESISTÊNCIA NA MATA

André José do Nascimento
Universidade Católica de Pernambuco
Mestrado Profissional em História
andrejn2510@gmail.com

A insatisfação de boa parte da população com as elites, contribuíram para a ocorrência de conflitos envolvendo os habitantes. Em fins da década de 1820, o Recife era formado em sua maioria por negros, contabilizando 3. 832 escravas (15%), escravos 4.103 (16%) e livres 17. 743 (69%)[1]. Além disso, no período do que vai de 1831 a 1840, entraram em Pernambuco cerca de 35. 158 negros trazidos pelo comércio transatlântico[2]. Uma considerável parcela dessa população de cor pertencia aos senhores de engenho e a senhores urbanos; outra parte, era considerada livre. Por ser, Pernambuco, formado por uma sociedade escravocrata, foram travados conflitos entre os "donos do poder" e os trabalhadores; dentre estes, os escravos[3].

Um desses conflitos foi a Guerra dos Cabanos (1832 – 1835) que envolveu não só escravos fugidos, mas também uma parte da população pobre da província, índios e uma parte da classe dominante, nesse caso, os restauradores que queriam a volta de D. Pedro I ao trono – visando a queda da Regência e do governo que representava no Recife[4]. Isto fez deste um dos conflitos mais importantes ocorridos na primeira metade do século XIX.

---

[1] CARVALHO, Marcus J. M. de. **Liberdade**: rotinas e rupturas do Escravismo no Recife, 1822 – 1850. Recife: UFPE, 2010. p. 51.

[2] **O Transatlantic Slave Trade Database**. Disponível em <http://www.slavevoyages.org> acesso em 5/8/2018.

[3] Ver CARVALHO, Marcus J. M. de. **Liberdade**: rotinas e rupturas do Escravismo no Recife, 1822 – 1850. Recife: UFPE, 2010; LIBBY, Cole Douglas; PAIVA, Eduardo França. **A escravidão no Brasil**: relações sociais, acordos e conflitos. São Paulo: Moderna, 2005.

[4] ANDRADE, Manuel Correia de. **O povo contra a Oligarquia**: a guerra dos cabanos. In: ANDRADE, Manuel Correia de (org.). Movimentos populares no Nordeste no período regencial. Recife: Ed. Massangana, 1989. p. 68.

Foi um conflito que contou com a participação de membros das elites, que eram considerados pequenos proprietários de terras e tinham como líder Antônio Timóteo de Andrade[5], que através de sua influência mobilizou os senhores locais, da região de Panelas, contra o governo provincial de Pernambuco. Além disso, a insatisfação da população livre era constante com a situação econômica que atingia diretamente as suas vidas. Também os índios eram expulsos de suas terras em Jacuípe. Por fim, os negros escravizados que fugiam dos seus senhores: alguns deles se dirigiam para as matas. Essas situações fizeram com que esses grupos sociais ingressassem no movimento dos cabanos, promovendo uma resistência contra os mandos e desmandos das elites que queria manter os seus privilégios em prol do sacrifício de uma massa populacional[6].

As fugas dos escravos para a mata era uma forma de se manter livre do cativeiro, pois, era ali que encontravam, possivelmente uma melhor condição de sobreviver, já que a localidade possibilitava construções de moradias, visto que nesses espaços, os excluídos socialmente do sistema sesmeiro escravista imperial, tentavam construir suas vidas a partir da exploração da floresta[7]. Na primeira metade do século XIX, o mato era considerado uma das principais rotas de fugas dos escravos. Como na província a briga pelo poder era constante, é nesta situação que os negros encontravam uma forma de escapar do cativeiro[8].

A mata, neste sentido, era um local onde a vida social dos mais pobres da província era posta em evidência, havendo possibilidades de melhores condições de sobreviver, já que a mesma oferecia condições naturais, pois a natureza disponibilizava boa parte dos alimentos que precisavam. Foi nas florestas ao Sul de

[5] Ide. 1989. p. 69.

[6] Ver ANDRADE, Manuel Correia. **A guerra dos cabanos**. Rio de Janeiro: Conquista, 1965; CARVALHO, Marcus Joaquim M. de. O quilombo do Catucá em Pernambuco. Caderno CRH, n. 15, p. 5 – 28, Bahia, julho/dezembro, 1981.

[7] LINDOSO, Dirceu. **A utopia armada: rebeliões de pobres nas matas do Tombo Real (1832 – 1850). Rio de Janeiro**: Paz e Terra, 1983, p. 229 – 230.

[8] Na saída de Recife e Olinda topando com Goiana, havia uma imensa cobertura florestal que, no período da Independência, serviu de homizio de negros e tendeu a crescer no tumultuado período de 1817 e 1822. Esse crescimento teria ocorrida pelas constantes fugas dos negros que, as brigas das elites pelo poder político se evadiam para aquelas matas (CABBRAL, 2008, p. 66).

Pernambuco e ao Norte de Alagoas, que a população pobre e foragida construiu cabanas, espécie de habitação propícia de quem vive na selva[9].

As fugas para as matas tinham uma importância muito forte para os escravizados, que encontravam ali um foco de resistência contra o cativeiro. Além disso, a mata contribuía na organização social das pessoas que a habitavam, criando uma sociabilidade entre os moradores das redondezas. Com isso, mantinham-se informados dos acontecimentos da província e, principalmente, do Recife.

Com isso as matas ao norte do Recife, passaram a ser habitadas por uma população excluída da sociedade escravocrata, ficaram conhecidas como cabanos. A historiografia pernambucana vem demonstrando que os negros sempre encontraram nas matas uma forma de resistência negra contra a escravidão. Um dos primeiros estudos foi o de Manuel Correia de Andrade. Em sua obra A *guerra dos Cabanos,* Andrade mostra que os negros se utilizaram da mata para se manter foragidos. Outro estudioso é Marcus Carvalho que fez um estudo sobre o Quilombo do Catucá. Santos também entra nesse rol: em seu estudo sobre *Setembrizada*, faz algumas considerações sobre a formação do quilombo do Catucá, mata localizada nas proximidades do povoado de Beberibe[10].

A história dos negros cativos da Província de Pernambuco e de outras áreas do Brasil foi marcada por resistência, que esteve pautada em várias formas de lutas contra o cativeiro. Uma das principais era justamente a fuga para floresta. Desde o período colonial houve formação de Quilombos em várias regiões do Brasil. João José Reis e Flavio dos Santos Gomes, organizadores da obra *Liberdade por um fio*, chegam a discutir a formação de quilombos no Brasil[11]. Um dos mais conhecidos foi o *Quilombo dos Palmares*.

---

[9] Nas matas incultas que se estendiam da costa do mar norte das Alagoas ao tortuoso vale do Uma encontrando o rio de águas pretas que corria pelo sertão pernambucano achava-se peixes, sururus, enquanto do mangue provinham mariscos e caranguejos, além de pombos selvagens e um solo fértil para o preparo de roçados de mandioca, milharais e arrozais que sustentavam os pobres do mundo cabano (MELLO, 2005).

[10] SANTOS, Mário Márcio de Almeida. **A Setembrizada**. Revista Clio. Recife: UFPE, 1982, p. 172.

[11] REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos (Org)**. Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil**. São Paulo: Claroenimiga, 2012.

E durante a primeira metade do século XIX, na Província de Pernambuco o quilombo do Catucá, localizado nas proximidades do povoado de Beberibe. Essa floresta era um importante entreposto comercial que ligava a Zona da Mata ao Recife, através da estrada que levava gado e algodão dos distritos de Bom Jardim, Limoeiro e Nazaré para o Recife ou Goiana, além do transporte do gado que também era feito pela floresta[12]. Os donos de engenhos estavam preocupados com a possibilidade do crescimento da população livre e fugidos (escravos)[13].

Durante boa parte da década de 1830, surgiu um outro foco de conflito que ficou conhecido como Guerra dos Cabanos que tinha como objetivo combater o poder econômico e uma política ambiciosa das famílias tradicionais pelo poder, que diretamente atingia toda uma população, principalmente as mais pobres[14].

A insatisfação da maioria da população era constante. Os motivos que levavam as pessoas a se refugiarem nas matas eram diversos: a falta de moradia, trabalho na cidade, a exclusão social, entre outros. Esses fatores faziam da floresta, localizada ao Sul de Pernambuco, área de refúgio para caboclos, trabalhadores pobres, índios e escravos, estes últimos lutavam pelo fim da escravidão[15]. O jornal "Diario de Pernambuco", em alguns de seus anúncios de fuga de escravos, mostra alguns relatos dos senhores de escravos, indicando a possível localidade ou destino de fugas

[12] CARVALHO, Marcus Joaquim M. de. **O quilombo do Catucá em Pernambuco**. Caderno CRH, n. 15, p. 5 – 28, Bahia, julho/dezembro, 1981. Disponível em <https://portalseer.ufba.br/index.php/crh/article/viewFile/18823/12193> Acesso em 15 de maio de 2018.

[13] Id. 1981. p. 5 – 28.

[14] Em 1832 a revolta cabana envolvendo múltiplas categorias sociais e étnicas (senhores de engenho absolutistas, pequenos proprietários, índios aldeados de Jucuípe, brancos pobres sem-terra e negros mucambeiros chamados regionalmente de papa-méis) tornou-se a arena onde homens e mulheres combateram uma dominação econômica e política sistêmica (MELLO, 2010, p. 2.).

[15] MELLO, Janaina Cardoso de. **Alagoas e a escrita de si mesma e da sua Gente no Século XIX**: entre silêncio, cabanos, matas e censo demográfico. Revista Critica Histórica, ano I, n. 1, p. 35 – 56, Alagoas, junho de 2010. Disponível em <http://www.revista.ufal.br/criticahistorica/attachments/article/52/Alagoa> Acesso em 10 de maio de 2018.

dos cativos. Entre estes a mata poderia ser uma delas, como foi o dos negros foragidos Ignacio, João, Felix, Maria [16].

Ao ingressarem no movimento dos cabanos, a população mais pobre aos poucos foram assumindo a liderança, dando um caráter popular à luta. Além disso, o auxílio de alguns fazendeiros da região e também de alguns moradores do Recife, fizeram com que os cabanos resistissem por tanto tempo. Esse apoio era dado através de acordos entre alguns donos de engenhos, articulações com os moradores das proximidades que forneciam alimentos em troca garantias, como a conservação das plantações, de seus engenhos e preservando seus escravos[17]. Também havia o apoio de uma boa parte da população que residia nas áreas urbanas do Recife, que por meios de articulações sociais forneciam armas e munições de guerra aos cabanos, chegando ao ponto de o governo provincial decretar a proibição de venda desses produtos em Pernambuco e, especificamente, em Recife[18].

No decorrer da década de 1830, trouxe grandes preocupações para boa parte das elites pernambucana que, por sua vez, tratou logo de achar uma solução para destruir o que Manuel Correia de Andrade chamou de cabanos. A historiadora Janaina

---

[16] Ignacio, nação e parece crioulo, de 40 anos de idade, alto, delgado, barbado, tem as pernas com marcas de sarnas, e uma cicatriz está ainda nova, fugiu no dia 19 do mês passado, e é provável que se conserve pelo mato, por isso tem vivido em engenho, e se ajeita a carreiro, a carpina, serrador, Os apreendedores levem a casa do juiz de paz do bairro de Santo Antonio, ou ao sitio do senhor do dito escravo Sátiro Clementino Coelho Catando na Magdalena, onde serão recompensados (HEMEROTECA DIGITAL. **Diario de Pernambuco**. Recife, 2 de agosto de 1830. n. 443).
João idade de 16 anos pouco mais ou menos, fugido em 6 de janeiro do corrente ano, baixo, grosso do corpo, olhos grandes, cara redonda, com enrugas na testa de carregar panaduú, tem uma ferida em cima do pé esquerdo, e é mais grosso que o outro; intitulado de forro em companhia de outros, consta andar no mato fazendo negócio (HEMEROTECA DIGITAL**. Diario de Pernambuco**. Recife, 30 de agosto de 1832. n. 462).
Felix, de nação, Indo para o mato com outros parceiros, e há notícia que se acha nesta praça procurando senhorio, a quem ele se for oferece poderá levar a rua do Amorim, sobrado [..]. 125 (HEMEROTECA DIGITAL. **Diario de Pernambuco**. Recife, 21 de abril de 1834. n. 466).
Fugida no dia 18 de novembro p.p. Maria, Cabundá, 26 anos, alta, e seca, fala fina, nariz chato, rosto coberto de marcas de ferida, olhos pequenos, orelhas media, uma ferida no tornozelo do pé direito, uma cicatriz no peito do mesmo pé, pés de papagaio; tem costuras de feridas antigas pelas pernas, e puxa um pouco pelo quarto direito; supõe-se andar pelo mato, os apreendedores levem-na em Olinda rua da Cadeia casa do Coronel Joze Camello (HEMEROTECA DIGITAL. **Diario de Pernambuco**. Recife, 15 de dezembro de 1834. n. 560).

[17] ANDRADE, Manuel Correia de. **O povo contra a Oligarquia**: a guerra dos cabanos. In: Manuel Correia de Andrade (org.). Movimentos Populares no Nordeste no Período Regencial. Ed. Massangana: Recife 1989. p. 71.

[18] Ver ANDRADE, Manuel Correia. **A Guerra dos Cabanos**. Rio de Janeiro: Conquista, 1965.

Cardoso de Mello, em seus estudos, defende, que a região da Mata Sul foi palco de uma guerra travada entre as forças militares provinciais e a população que habitava as matas, na região do Una e nas proximidades de Alagoas[19].

Os cabanos ameaçavam a estabilidade da província pernambucana, com a invasão de engenhos, aos sítios entre outros. Diante disso, os deputados e senadores aprovaram uma anistia a todos os praças que se envolveram em sublevações em 1831. Essa determinação só foi aprovada em fins de 1833, contudo, não surtiu efeito, pelo contrário, alguns críticos disseram que serviu para reforçar os revoltosos: "Os cabanos não querem anistia, nem paz; porém sim sangue, destruição, morte, fogo, e ferro se lhes leve e seja d'um a outro confim da Província único e, geral o grito – guerra de morte aos cabanos"[20].

A Província de Pernambuco estava passando por uma situação muito difícil, e isto implicava em falta de garantias no interior, onde os rebeldes praticavam sérias tropelias, enquanto na capital a fabricação de moeda falsa de cobre, prejudicava as transações comerciais, dificultando a compra e venda de produtos e objetos[21]. Os ódios políticos extremados tornavam-se cada vez mais fortes e o governo não dispunha de meios para normalizar a vida da Província[22]. Essas dificuldades em que Pernambuco se encontrava tinha influência direita no conflito contra os cabanos, já que muitos soldados, por falta de pagamento de seus soldos, uma alimentação precária deixava as forças militares fragilizadas diante dos rebeldes[23].

A guerra contra os cabanos, que se desenrolava em Panelas e Jacuípe, estava prestes a completar dois anos e o governo não tinha boas perspectivas para o seu

---

[19] MELO, Janaina Cardoso de. **Divida de sangue, queixas orçamentarias e declínio de produtividade agrícola na guerra dos cabanos (Alagoas – Pernambuco 1832 – 1835)**. Anais do I Colóquio do LAHES, Juiz de Fora, junho de 2005. Disponível em <http://www.ufjf.br/lahes/producao-cientifica/anais-do-i-coloquio-do-lahes> Acesso em 10 maio de 2018.

[20] HEMETECA DIGITAL. **Diario de Pernambuco**. Recife, 2 jan.1834. n. 281.

[21] HEMEROTECA DIGITAL. **Diario de Pernambuco**. Recife, 28 jul. e 28 de agosto de 1831. n.º 160 e 184.

[22] ANDRADE, Manuel Correia de. **A guerra dos cabanos**. Rio de Janeiro: Conquista, 1965. p. 23.

[23] Id. 1965. p. 24.

fim. Os gastos com a mesma estavam levando as finanças dos cofres públicos a se exaurir[24].

Os gastos do governo com a guerra eram primordiais, pois era preciso acabar com ameaça que circundava a província e, para isso, foram precisos uns grandes investimentos para o deslocamento de forças militares, entre outros, para reprimir os cabanos que, desde 1831, ameaçavam a província pernambucana. Diante disso a elite (os senhores de engenhos) que se sentia ameaçada por grupos de pessoas que viviam na mata, passou a desencadear uma série de ações, ataques a comerciantes, a engenhos, e ameaçava a sede da Província Pernambucana[25].

Em 28 de janeiro de 1834, o vice-Presidente da Província de Pernambuco, Manuel de Carvalho Paes Andrade, fez um requerimento solicitando à Câmara Municipal do Recife a proibição da venda de pólvoras e munição de guerra em todo território pernambucano enquanto durasse a guerra que se concentrava nas matas de Jacuípe, Panelas e imediações[26]. Essa solicitação tinha como objetivo impedir o fornecimento de armas e munições aos subversivos, mas, mesmo assim os cabanos continuaram se armando devido ao apoio que tinham de moradores próximos a localidade e de soldados que se envolveram no conflito[27].

Isto é evidente quando o próprio “Diario de Pernambuco” traz notícias de apoio aos cabanos, onde o Juiz de Paz do 4. ° Distrito da Ribeira denuncia Joze Tavares Gomes da Fonseca. A razão da denúncia é justamente o apoio que os cabanos vinham recebendo de pessoas de Recife e membros das tropas do governo[28].

O medo de uma invasão ao Recife era constante. Enquanto a classe abastada buscava manter os seus *status* sociais visando um modelo de sociedade pautada nos costumes europeus, submetendo a população mais pobre a uma situação de vigilância constante perante os costumes e de uma organização social que não refletia

[24] HEMEROTECA DIGITAL. **Diario de Pernambuco**. Recife, 21 jan. 1834. n.º 299.

[25] Ver ANDRADE, Manuel Correia de. **A guerra dos cabanos**. Rio de Janeiro: Conquista, 1965.

[26] HEMEROTECA DIGITAL. **Diario de Pernambuco**. Recife, 29 jan. 1834. n.º 306.

[27] Id. 1965. p. 110 -112.

[28] HEMEROTECA DIGITAL. **Diario de Pernambuco**. Recife, 29 jan. 1834.

sobre as camadas populares; a classe subalterna lutava por uma melhor condição de vida[29].

O pensamento político e ideológico construído durante o processo de colonização levou a formação de uma classe abastada que via no negro uma mercadoria, e que passou a ser a principal força de trabalho nos engenhos e nos centros urbanos. Como os negros eram vistos de forma inferior aos brancos, estes passaram a ser marginalizados. Além deles, os índios e soldados, que lutavam por espaço dentro de uma sociedade de exclusão[30].

O governo da Província, tendo que enfrentar uma oposição dentro de um meio hostil, não contava com um exército regular, mas, sim, com o apoio de uma boa parte dos senhores de engenhos: a classe abastada que se via ameaçada pelos cabanos. Buscavam organizar tropas formadas por escravos e agregados, para lutar contra os rebeldes[31]. Outra forma de combate foi trazer soldados de várias localidades da província e até mesmo de outras províncias. O governo, por sua vez, tinha que investir uma série de recursos para manter a tropa no campo de batalha, mas quase sempre o salário atrasava, e isto era uma das causas da dissensão dos soldados, e muitos ingressavam nas fileiras dos cabanos. Outro motivo era as condenações que tais soldados sofreram durante o período regencial, como o caso dos soldados vindos de Fernando de Noronha que teriam que se apresentar à Corte no Rio de Janeiro. Em carta enviada no dia 4 de novembro de 1831, à Secretaria da Guerra, solicitava ao governo de Pernambuco uma relação dos praças que vieram de Fernando de Noronha

[29] MELO, Janaina Cardoso de. **Divida de sangue, queixas orçamentarias e declínio de produtividade agrícola na guerra dos cabanos (Alagoas – Pernambuco 1832 – 1835)**. Anais do I Colóquio do LAHES, Juiz de Fora, 2005. Disponível em <http://www.ufjf.br/lahes/producao-cientifica/anais-do-i-coloquio-do-lahes> Acesso em 10 maio de 2018.

[30] MELO, Janaina Cardoso de. **Divida de sangue, queixas orçamentarias e declínio de produtividade agrícola na guerra dos cabanos (Alagoas – Pernambuco 1832 – 1835)**. Anais do I Colóquio do LAHES, Juiz de Fora, junho de 2005. Disponível em <http://www.ufjf.br/lahes/producao-cientifica/anais-do-i-coloquio-do-lahes> Acesso em 10 maio de 2018.

[31] ANDRADE, Manuel Correia de. **O povo contra a Oligarquia**: A Guerra dos Cabanos. In: Manuel Correia de Andrade (org.). Movimentos Populares no Nordeste no Período Regencial. Ed. Massangana: Recife 1989. p. 73.

para lutar na guerra em Panelas. Esses mesmos tinham sido condenados pela sublevação que promoveram em setembro de 1831 na cidade do Recife[32].

A guerra dos cabanos findou com as sucessivas estratégias utilizadas pelo governo: a primeira foi mudar o comando geral do conflito ao Major Joaquim José Lins de Souza, que com sua força militar ocupou as áreas periféricas de domínios dos cabanos, que com essas estratégias passou a atacar os cabanos em seus redutos. Outra maneira de vencer o conflito foi vigiar quem eram os apoiadores dos rebeldes. Com isso os cabanos foram se enfraquecendo. Por fim o Bispo de Olinda, D. João Marques Perdigão, foi chamado pelo Presidente de Pernambuco Manuel de Carvalho Paes de Andrade para conduzir os cabanos a uma rendição, se utilizando da fé para tais fins, prometendo o perdão de Deus, casarem-se e batizarem seus filhos[33].

A Igreja tinha uma presença marcante na vida social da população, que em algumas situações era conduzida a apaziguar conflitos envolvendo as classes subalternas. Foi assim com os cabanos, que, por sua vez, alguns aceitaram as condições impostas pelo Bispo de Olinda, que iniciou sua ação pacificadora em fevereiro de 1835. A força militar sob o comando do Coronel Joaquim José Luís de Sousa, conseguiu bater militarmente os cabanos que já se encontravam enfraquecidos, pois as medidas adotadas pelo governo provincial, passaram a inibir os apoiadores dos cabanos[34].

Mesmo assim, os negros foragidos não aceitam os argumentos da igreja e nem a rendição definitiva: sabiam que voltariam para o cativeiro. Os negros que se encontravam fugitivos nas matas na região sul de Pernambuco preferiram continuar com a resistência na mata. Vicente Ferreira de Paula, que era considerado uma liderança entre os rebeldes, homem que sabia como viver na mata, prosseguiu com a

[32] Ao dito dizendo, que em presença de aviso da Secretaria da Guerra de 4 de novembro p:p:, deverá remeter uma relação dos praças vindos de Fernando de Noronha, que tem servido com distinção na guerra de Panelas, e que forem condenados em consequência do crime de sublevação aparecida nesta cidade em setembro de 1831, afim de recomenda-los ao Poder Moderado (HEMEROTECA DIGITAL. **Diario de Pernambuco**, 12 de janeiro de 1835. n. 578).

[33] ANDRADE, Manuel Correia de. **A guerra dos cabanos**. Rio de Janeiro: Conquista, 1965.

[34] Id. 1965. p. 175.

luta, sendo seguido principalmente pelos negros que se negavam a se rederem e voltar para sua vida no cativeiro[35].

Com a intervenção da igreja no conflito, Vicente Ferreira de Paula começou a perceber que era impossível impedir que os cabanos se apresentassem aos locais determinados pelo Bispo. O líder dos cabanos reuniu os seus homens no engenho "Japaranduba" tentado negociar a rendição dos cabanos. Mas houve reação de alguns de seus homens, entre os índios que estavam querendo a paz, enquanto os escravos preferiram continuar com a luta, que continuaram no conflito. Vicente Ferreira de Paula ao saber que três dos seus homens (índios) de Jacuípe haviam se entregados, sem sua permissão, o irritou e o desejo de castigá-los provocou a apresentação dos demais e a perda de um dos seus principais aliados[36].

Na medida em os rebeldes iam se apresentando, os cabanos perdiam sua força de resistência, que com rendição do Capitão João Soares, Antônio Gomes e o Comandante dos índios de Jacuípe, a região passa a ser considerada pacificada[37]. As autoridades provinciais ganhavam cada vez confiança em sua vitória sobre os cabanos. Isto fica notório quando o Comandante-em-chefe escreve um oficio para o Comandante das Armas[38].

A liderança de Vicente Ferreira de Paula estava se desintegrando e seu exército, aos poucos, passava para os inimigos. O Coronel Joaquim José Luís de Souza procurava conquistar a confiança dos cabanos que se apresentavam, dando-lhe roupas, alimentos e muita pompa, fazendo tocar música e promovendo celebrações religiosas. O próprio Coronel servia-se constantemente de padrinho de batismo e

---

[35] Id. 1965. p.175.

[36] Os cabanos reunidos em grande número, pouco combatidos, muito insuflados, convencido do seu poder, [.....] sempre de brandura, e andares nos fazia guerra. Em março de 1834 um novo sistema de operação contra eles foi posto em exercício, com espaço de nove meses foram presos mil e setenta e dois, e mortos de bala dois mil e trezentos e vinte seis [.....] (HEMEROTECA DIGITAL. **Diario de Pernambuco**, Recife 30 de maio de 1835. n.º 93).

[37]ANDRADE, Manuel Correia de. **A guerra dos cabanos**. Rio de Janeiro: Conquista, 1965. p. 183.

[38] Todos com suas companhias, e assegurando-me que o povo está resolvido a sair das matas, quer facinoroso, e atrevido Vicente Ferreira de Paula queira, quer não queira, e que se ele ficar nas matas com os negros, irão buscar a todos presos ou mortos (Diario de Pernambuco, 11 e 19 de maio de 1835. n. 77 e n. 84).

casamento aos antigos cabanos. Assim, ia conquistando a confiança e atraindo os mais desconfiados. A guerra logo seria concluída[39].

Vicente Ferreira de Paula prometeu várias vezes se apresentar às autoridades e nunca cumpriu. O Coronel Joaquim José Luís de Sousa resolveu empreender uma busca pelo líder dos cabanos na região de Japaranduba, onde Vicente contava apenas com os escravos. Vicente conseguiu fugir ao cerco na noite de 31, levando apenas 50 cativos, deixando para trás os índios e ordenanças que ainda o acompanhavam à mercê das forças legais, se apresentaram[40].

Nesta operação, o Coronel Sousa contou com o apoio dos cabanos apresentados, os da "gente de Barrinhos", que foi entrincheirada, por ordem dele, acima de Japaranduba. O Coronel afirma que apenas cerca de 50 a 60 negros, denominados "papa-méis" fugiram, enquanto o resto das ordenanças e dos índios de Jacuípe, que ainda não haviam se apresentando, recolheram-se ao acampamento[41].

A fuga de Vicente de Paula com alguns escravos foi considerada, pelo Governo, como a conclusão da guerra. Com isso as forças militares foram sendo retiradas dos locais do conflito. Mas os senhores de engenhos ficaram temerosos com o ressurgimento, já que o líder dos cabanos continuava foragido. A preocupação dos senhores de engenhos tinha os seus fundamentos, pois uma pequena parte dos rebeldes estava solta pela mata e poderia, a qualquer momento, empreender o ataque aos moradores da região, além de continuar a atrair os negros foragidos para as matas.

Os cabanos continuavam se entregando. Os chefes de Panelas, Manuel Joaquim de Barros, conhecido por Comandante Barrinhos, João Timótheo, irmão do falecido Antônio Timótheo, Fillipe Soares e Anselmo, conduzindo todos eles 185

---

[39] Sabendo, porém, todos cabanos ali reunidos, e um grande número dos que andavam espalhados, que Exm. Bispo Diocesano, e que nós achávamos neste acampamento abanaram seu chefe da parte deles e vieram se apresentar [.....] (HEMEROTECA DIGITAL. **Diario de Pernambuco**, Recife 30 de maio de 1835. n.º 93).

[40] ANDRADE, Manuel Correia de. **A guerra dos cabanos**. Rio de Janeiro: Conquista, 1965. p. 183.

[41] HEMEROTECA DIGITAL **Diario de Pernambuco**, Recife, 12 de junho de 1835. n.º 102.

cabanos que ainda não se tinham apresentado[42]. Com a vitória alcançada, e apresentação dos rebeldes, receberam apoio do governo para reconstruírem suas vidas em seus lares. Outra decisão do governo foi promover a retirada de sua tropa da zona de conflito[43].

A Província de Pernambuco, durante o período regencial, foi palco de intensos conflitos que envolviam tanto a classe abastada, que disputava uma maior participação no poder na região; tanto dos pobres e negros que viam nas rebeliões uma forma de denunciar a situação em que viviam. Portanto, os cabanos eram o reflexo de uma sociedade que pregava uma modernidade, mas que excluía boa parte da sociedade, então a mata ao Sul de Pernambuco passa a ser o refúgio dessa população. A guerra dos cabanos foi um desses eventos em que a população excluída da sociedade, como escravos, índios e livres, encontrou para lutar contra um sistema que oprimia uma parte considerável da população pernambucana. Portanto, a guerra dos cabanos contribuiu para a resistência dos negros contra o sistema escravocrata em Pernambuco e Alagoas[44].

Fonte

- HEMEROTECA. **Diario de Pernambuco**. Recife, 2 de agosto de 1830. n. 443.
- HEMEROTECA DIGITAL**. Diario de Pernambuco**. Recife, 30 de agosto de 1832. n. 462.
- HEMEROTECA DIGITAL. **Diario de Pernambuco**. Recife, 21 de abril de 1834. n. 466)
- HEMEROTECA DIGITAL. **Diario de Pernambuco**. Recife, 15 de dezembro de 1834. n. 560.
- HEMETECA DIGITAL. **Diario de Pernambuco**. Recife, 2 jan.1834. n. 281.
- HEMEROTECA DIGITAL. **Diario de Pernambuco**. Recife, 28 jul. e 28 de agosto de 1831. n.º 160 e 184.
- HEMEROTECA DIGITAL. **Diario de Pernambuco**. Recife, 21 jan. 1834. n.º 299.
- HEMEROTECA DIGITAL. **Diario de Pernambuco**. Recife, 29 jan. 1834. n.º 306.
- HEMEROTECA DIGITAL. **Diario de Pernambuco**. Recife, 29 jan. 1834.

[42] HEMEROTECA DIGITA. **Diario de Pernambuco**, Recife, 16 de junho de 1835. n.º 104.

[43] Id. 1965. p. 184 – 185.

[44] Id. 1965. p. 187 – 195.

- HEMEROTECA DIGITAL. **Diario de Pernambuco**, 12 de janeiro de 1835. n. 578.
- HEMEROTECA DIGITAL. **Diario de Pernambuco**, Recife 30 de maio de 1835. n.º 93.
- HEMEROTECA DIGITAL. **Diario de Pernambuco**, Recife 30 de maio de 1835. n.º 93
- HEMEROTECA DIGITAL **Diario de Pernambuco**, Recife, 12 de junho de 1835. n.º 102.

Site

- **O Transatlantic Slave Trade Database**. Disponível em <http://www.slavevoyages.org> acesso em 5/8/2018.

Referência

- ANDRADE, Manuel Correia de. **O povo contra a Oligarquia**: a guerra dos cabanos. In: ANDRADE, Manuel Correia de (org.). Movimentos populares no Nordeste no período regencial. Recife: Ed. Massangana, 1989.

  _____ **A guerra dos cabanos**. Rio de Janeiro: Conquista, 1965.

- CARVALHO, Marcus J. M. de. **Liberdade**: rotinas e rupturas do Escravismo no Recife, 1822 – 1850. Recife: UFPE, 2010.

  _____ **O quilombo do Catucá em Pernambuco**. Caderno CRH, n. 15, p. 5 – 28, Bahia, julho/dezembro, 1981.

- CABRAL, Flavio José Gomes. **Conversas Reservadas**: "Vozes Públicas", Conflitos Políticos e Rebeliões em Pernambuco no Tempo da Independência do Brasil. UFPE: Recife, 2008.

- LIBBY, Cole Douglas; PAIVA, Eduardo França. **A escravidão no Brasil**: relações sociais, acordos e conflitos. São Paulo: Moderna, 2005.

- LINDOSO, Dirceu. **A utopia armada: rebeliões de pobres nas matas do Tombo Real (1832 – 1850). Rio de Janeiro**: Paz e Terra, 1983, p. 229 – 230.

- MELLO, Janaina Cardoso de. **Divida de sangue, queixas orçamentarias e declínio de produtividade agrícola na guerra dos cabanos** (Alagoas – Pernambuco 1832 – 1835). Juiz de Fora: Anais do I Colóquio do LAHES, junho de 2005.

____ **Alagoas e a escrita de si mesma e da sua Gente no Século XIX**: entre silêncio, cabanos, matas e censo demográfico. Revista Critica Histórica, ano I, n. 1, p. 35 – 56, Alagoas, junho de 2010. Disponível em <http://www.revista.ufal.br/criticahistorica/attachments/article/52/Alagoa> Acesso em 10 de maio de 2018.

- FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 51 ed. São Paulo: Global, 2006. p. 540.
- SANTOS, Mário Márcio de Almeida. **A Setembrizada**. Revista Clio. Recife: UFPE, 1982, p. 172.
- REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos (Org)**. Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil**. São Paulo: Claroenimiga, 2012.